

POTENCIAL IMPACTO SOCIOECONÓMICO DA PANDEMIA DO COVID-19 EM ANGOLA: UMA ANÁLISE SINTÉTICA

Edição n. 1 – 7 de Abril de 2020¹

¹Devido a rápida mudança na pandemia global do Covid-19. Este não é um documento definitivo. Actualizações seguirão baseadas em novas informações. As opiniões expressas nesta publicação são dos autores e não refletem necessariamente aquelas das Nações Unidas, incluindo o PNUD, a ONU e os Estados Membros da ONU. Para qualquer comentário, por favor contacte PNUD Angola.

1. Situação da pandemia do coronavírus

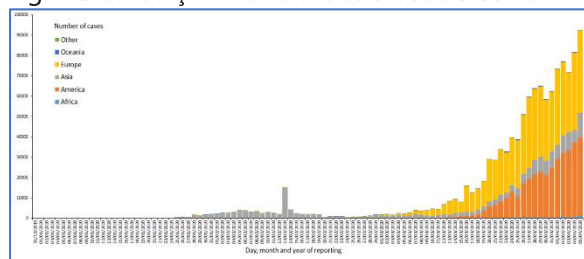
O número de casos confirmados do Coronavírus (COVID-19) em todo o mundo aumentou rapidamente desde Janeiro de 2020 para mais de 1.2 milhões no dia 7 de Abril, com um total de mortes superior a 65.000 (Mapa 1 e Fig.1)

Mapa 1. Situação do Coronavírus (COVID-19)



Fonte: OMS, Coronavirus disease (COVID-19). 6 de Abril de 2020

Fig. 1. Distribuição mundial dos casos de Covid-19



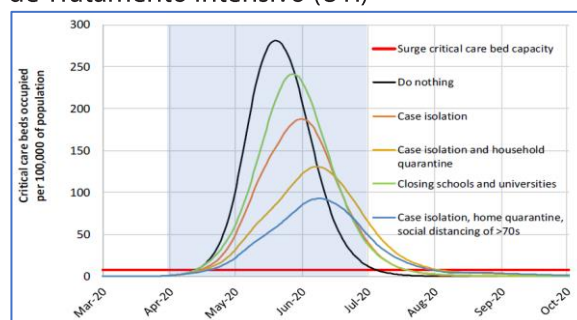
Fonte: Centro Europeu de Controlo e Prevenção de Doenças. 5 de Abril de 2020

No dia 23 de Março de 2020, os dois primeiros casos de COVID-19 foram confirmados em Angola pelo Ministério da Saúde (MINSa). Desde aquela data, o número de casos confirmados subiu para 16, com duas mortes já registadas. O MINSa informou recentemente que no país 1709 pessoas estão em quarentena (818 em quarentena domiciliar e 891 em quarentena institucional). Destes, mais da metade encontram-se na província de Luanda (919), mas um número relevante de pessoas encontra-se em outras províncias, como é o caso do Cunene (217), Uíge (158) e Cabinda (129).

Diferentes países adoptaram diferentes estratégias para enfrentar a pandemia. Um estudo recente do Imperial College distingue duas estratégias fundamentais: i) mitigação, com vista a abrandar a propagação da pandemia e reduzir a demanda e sobrecarga sobre o sistema de saúde; e ii) supressão, visando inverter o crescimento da pandemia e reduzir o número de casos.

O estudo faz uma simulação de diferentes estratégias de mitigação para o Reino Unido e revela que o tipo de medidas de mitigação adaptadas pode afectar significativamente o número de leitos necessários para as Unidades de Tratamento Intensivo (UTI) (Fig. 2). De acordo com aquele estudo, a política de mitigação óptima é uma combinação do isolamento domiciliar dos casos suspeitos, quarentena domiciliar e distanciamento social.

Fig. 2. Cenários de estratégias de mitigação para o Reino Unido (número de camas das Unidades de Tratamento Intensivo (UTI))



Fonte: Ferguson et al. (2020). Version 16 March 2020

Para enfrentar a rápida propagação da pandemia do coronavírus, o Secretário Geral das Nações Unidas lançou um Plano Global de Resposta Humanitária de 2 mil milhões de dólares para o COVID-19. Liderados pelo Coordenador Residente das Nações Unidas em Angola, as agências e programas estão a trabalhar numa estratégia UN/IFI para apoiar o Governo nas suas acções de resposta a pandemia.

2. Resposta

Angola declarou Estado de Emergência devido o COVID-19, no dia 27 de Março, por um período de 15 dias, e aprovou o Plano Nacional de Contingência para o Controlo da Pandemia.² Sob liderança do Coordenador Residente da ONU em Angola, as agências da ONU estão a elaborar uma estratégia ONU/IFI para apoiar o Governo na sua resposta.

É esperado que o governo adopte várias medidas, dentre elas, a implementação de: i) um Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), avaliado em dois mil milhões de dólares, que visa desenvolver infraestruturas nos municípios; ii) um Plano de Acção de Promoção da Empregabilidade (PAPE) direccionado à empregabilidade dos jovens; iii) o

² Ver: Decreto Presidencial n. 81/20 and 82/20.

projecto de fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Social/Transferência de Rendimento (cash transfer), financiado por um empréstimo de 320 milhões de dólares do Banco Mundial; e iv) programa de transferência de dinheiro “Valor Criança”, financiado com 9 milhões de euros pela União Europeia.

O Ministério das Finanças anunciou que vai mobilizar 1,5 mil milhões de dólares do Fundo Soberano de Angola (FSDEA). Além disso, um Decreto Presidencial vai identificar 22 productos/bens médicos a serem incluídos no regime de preços controlados.

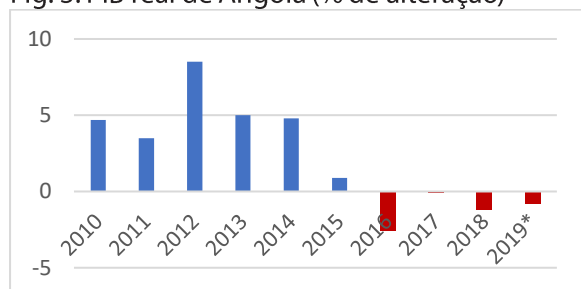
O Ministério da Economia e Planeamento também continuará a promover o Programa de Apoio ao Crédito (PAC). O financiamento total dos bancos comerciais para o PAC atingiu 109 milhões de Kwanzas, com 37 projectos autorizados desde Junho de 2019.³ O Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) vai apoiar a iniciativa. No entanto, o BDA pode necessitar de capitalização adicional.

3. Análise do contexto

3.1 Macroeconomia

A economia angolana contraiu-se por três anos consecutivos desde 2015 e encolheu 0,8% nos três primeiros trimestres de 2019 (Fig. 3), afectada em grande parte pela contração do sector de petróleo, que representa cerca de 30% do PIB.³

Fig. 3. PIB real de Angola (% de alteração)



Fonte: INE, Contas nacionais, terceiro trimestre de 2019

A depreciação do Kwanza acelerou desde o início do ano e actualmente é negociado por cerca de US\$1 = AOA547, comparado com os AOA482 no início do ano. Uma depreciação adicional da moeda pode aumentar o peso e o serviço da dívida. Por outro lado, o hiato entre o câmbio oficial e o paralelo diminuiu, mas não está claro como é que este evoluirá.

A depreciação tem sido associada à inflação sustentada. O Índice de Preços no Consumidor (IPC) foi de 18,6% em 2018 e 16,9% em 2019. É esperada que a inflação permaneça nos dois dígitos em 2020, sendo que a inflação acumulada aumentou para 3,8 % em Janeiro-Fevereiro, face os 2,2% no mesmo período de 2019.³ As compras baseadas no pânico podem promover especulação e inflação em bens essenciais. Além disso, um kwanza depreciado pode aumentar a quota de importações: as importações de alimentos totalizaram 3,2 mil milhões de dólares em 2018, cerca de 20% das importações totais do país.³

O Banco Nacional de Angola (BNA) manteve a taxa de juro em 15,5%. O rácio de reserva em moeda nacional exigido foi aumentado de 17% para 22%, um aumento para aliviar a inflação e estabilizar a moeda, enquanto que rácio de reserva em moeda estrangeira manteve-se em 15%. As reservas internacionais líquidas diminuíram gradualmente desde 2013 e chegaram a cerca de 5 meses de importações de bens e serviços em 2019.³

O desenvolvimento do sector privado angolano permanece limitado. Angola figura na posição 177 no ranking do Banco Mundial das 190 economias com facilidade de se fazer negócios em 2020.³ No contexto do COVID-19, o limitado acesso ao crédito e às divisas pode criar sérios obstáculos aos negócios. Além disso, o declínio esperado das receitas petrolíferas já está a criar uma escassez temporal do dólar americano. A compra de materiais e equipamentos médicos no exterior do país pode, portanto, ser afectada.

3.2 Social

É esperado que a pandemia crie grandes desafios aos grupos mais vulneráveis e aos serviços sociais.

O Relatório do Desenvolvimento Humano 2019 classificou Angola na posição 149, num total de 189 países, com uma pontuação média no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,574. A esperança de vida é de 60,8 anos, com uma média de escolaridade de 5, anos e uma expectativa de 11,8 anos de escolaridade.³ O valor do IDH feminino para Angola é de 0,546 em contraste com 0,605 para os homens.

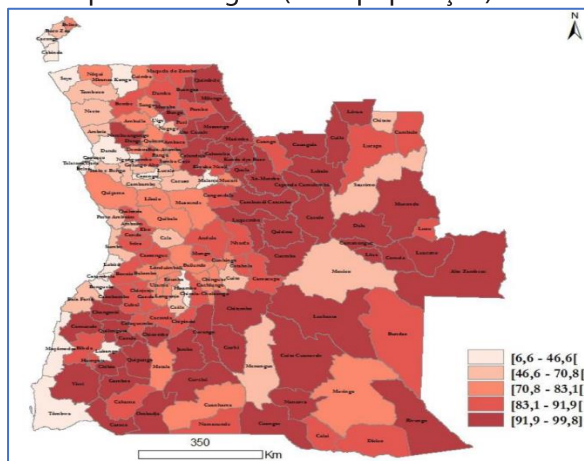
O inquérito sobre Despesas e Receitas em Angola (IDREA) 2018-2019, publicado pelo INE, revelou que 40,6% da população vive abaixo da

³ Fonte: PNUD (2019).

linha da pobreza nacional – com maior incidência nas áreas rurais (57,2%) em relação às áreas urbanas (29,8%) – muito acima da taxa de 36,6% calculada em 2008-2009. O INE também revelou que uma em cada duas pessoas (45,7%) vive abaixo da linha de pobreza internacional de 1,90 dólares por dia. A desigualdade também aumentou significativamente, com o coeficiente de Gini a passar de 0,43 em 2008 para 0,51 em 2019.⁴

O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) Global 2019 revelou que 51% da população é multidimensionalmente pobre. Além disso, o relatório sobre o IPM nos Municípios mostra que 65 dos 164 municípios de Angola têm uma taxa de pobreza acima de 90% (Fig. 4).

Fig. 4. Índice de Pobreza Multidimensional nos Municípios em Angola (% da população)



Fonte: INE (2019a)

A nível mundial, a OIT (2020) prevê que entre 5 e 25 milhões de empregos sejam perdidos e que a receita do trabalho pode ser reduzida entre 860 mil milhões e 3.400 mil milhões de dólares.

Em Angola, a taxa de desemprego⁵ aumentou para 31,8% no quarto trimestre de 2019 – 33,5% para mulheres e 30,0% para homens – isto corresponde a 4,6 milhões de pessoas desempregadas actualmente. O desemprego urbano (42,6%) é significativamente maior do que o desemprego rural (17,0%). O desemprego juvenil (15-24 anos) atingiu um máximo de 56,5% – 55,4% para mulheres e 57,5% para homens – correspondendo a cerca de 2,7 milhões de jovens desempregados.

O emprego informal continua generalizado: 72,6% da população com 15 ou mais anos de idade tem um emprego informal.⁵ Medidas

adoptadas no estado de emergência implicaram o encerramento daqueles mercados informais sem condições básicas de saúde. Um bloqueio prolongado pode afectar gravemente a geração de receitas desses trabalhadores informais.

O Ensino Técnico-Profissional e a Formação Profissional (ETFP) podem jogar um papel importante no fortalecimento da formação profissional, fomento de oportunidades de emprego e geração de receitas para a juventude, mas permanece subfinanciado. O PNUD, em parceria com a OIT e a Universidade Mandume Ya Ndemufayo, realizou um estudo sobre a oferta e procura de competências profissionais na província da Huíla. O estudo destacou a necessidade de reforçar o Sistema de EFTP e a sua ligação com o mercado de trabalho.

A segurança social tem sido, em grande parte, *ad hoc* e reactiva. A protecção para os grupos pobres e vulneráveis mantém-se fraca. Em 2018, o Ministério da Família e Acção Social declarou que apenas 1,7 dos 7,5 milhões de trabalhadores estavam cobertos pela segurança social; 99% destes eram trabalhadores dependentes, incluindo funcionários públicos.⁶

As despesas nacionais orçamentadas para a protecção social em 2020 aumentaram ligeiramente em termos nominais, mas reduziram a sua participação no Orçamento Geral do Estado (OGE) total – 3,3% do OGE de 2020 contra 4,9% do OGE de 2019 – o que corresponde a 1,3% do PIB. As pessoas com deficiência permanecerão amplamente vulneráveis aos impactos socioeconómicos e na saúde causados pela pandemia do COVID-19.

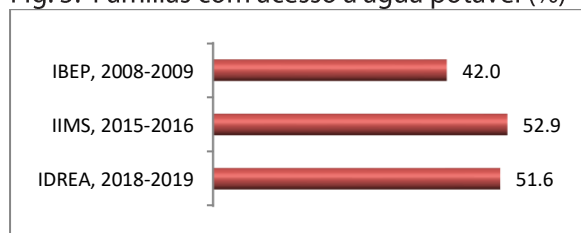
O desemprego elevado e o fraco sistema de segurança social são agravados pelo acesso limitado aos serviços básicos, que dificultará os esforços para combater a pandemia. Apesar dos progressos desde 2008, um em cada dois agregados familiares angolanos permanece sem acesso à água potável e à energia eléctrica (Fig. 5 e 6).

⁴ Fonte: INE (2019b).

⁵ Source: INE (2019b).

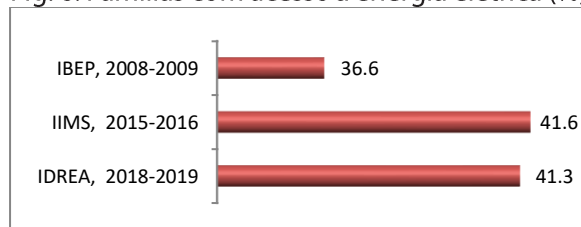
⁶ Fonte: Novo Jornal, 2018. Segurança Social: apenas 1,7 dos 7,5 milhões de trabalhadores estão inscritos. 26/10/2018.

Fig. 5. Famílias com acesso à água potável (%)



Fonte: INE (2019b). Cada barra representa um levantamento.

Fig. 6. Famílias com acesso à energia elétrica (%)

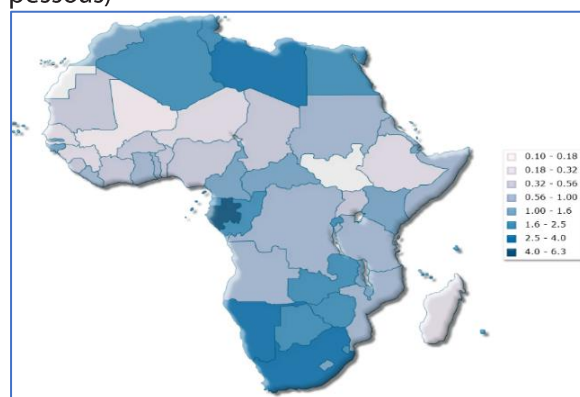


Fonte: INE (2019b). Cada barra representa um levantamento.

É importante ressaltar que a despesa orçamentada para o sector da saúde aumentou em termos nominais no OGE 2020, mas reduziu em termos de participação no orçamento total – 5% do total do OGE 2020 contra 5,7% do OGE 2019 – o que corresponde a 1,9% do PIB. No entanto, a Declaração de Abuja (2001) prevê que os países devem alocar pelo menos 15% do seu OGE anual para o sector da saúde.

A disponibilidade de leitos nos hospitais continua muito baixa em todos os países africanos. Em 2005, o registo era de menos de 1 leito para cada 1000 pessoas em Angola (Fig. 7).

Fig. 7. Leitos nos hospitais (para cada 1.000 pessoas)



Fonte: Indexmundi. Baseado nos dados do país e da OMS.

As pessoas que vivem com VIH e que estão infectadas com malária e tuberculose estarão particularmente vulneráveis ao COVID-19. Como Principal Receptor das doações do Fundo Global para o VIH e Principal Receptor Designado das doações para a malária e a

tuberculose, o PNUD vai contribuir no Plano do Governo para Responder ao COVID-19.

Conforme mencionado, a desigualdade de rendimentos aumentou significativamente em Angola. A dimensão territorial desta desigualdade se repercute nas comunidades informais nas zonas urbanas. Angola tem diminuído drasticamente a prevalência de musseques nas suas cidades desde o fim da Guerra Civil. Em 2005, 86,5% da população urbana vivia em musseques. Este número reduziu para 76,2% em 2007, 65,8% em 2009 e 55,5% em 2014, quando o país foi atingido pela crise do preço do petróleo e foi forçado a interromper o programa massivo de habitação e desenvolvimento urbano. Esta nova tendência significa que a predominância de habitantes em zonas urbanas vivendo em condições de musseque em 2020 provavelmente aumentou desde 2014.

A população que vive nos musseques normalmente enfrenta maiores desafios em termos de habitação e serviços básicos. Dependem fortemente da água proveniente de chafarizes, que podem ser os grandes focos de contaminação durante a pandemia, bem como da sua propagação nas comunidades. Além disso, as superlotações nessas áreas, em conjunto com a forte dependência dos seus moradores na economia informal, constituem desafios extras às políticas de distanciamento social.

Uma outra ameaça grave durante a pandemia do COVID-19 é a falta de garantia de continuidade que afecta um número significativo de moradores dos assentamentos informais. A desocupação forçada e a rescisão de contratos de arrendamento por falta de pagamento deviam ser proibidos durante este período.

As pessoas sem abrigo, especialmente velhos e crianças de rua, também fazem parte dos grupos mais vulneráveis à pandemia do COVID-19. Conforme foi referido pela Relatora Especial da Nações Unidas sobre o Direito à Habitação Condigna, "em meio esta pandemia, a falta de acesso à habitação adequada é uma possível sentença de morte para aqueles que vivem desamparados e coloca um amplo número da população em risco contínuo". As políticas devem levar em consideração estes grupos vulneráveis específicos e endereçar e mitigar o impacto do distanciamento social nos seus meios de subsistência.

Em Angola, uma em cada três (32,5%) mulheres e raparigas com 15 ou mais anos de idade alguma vez casadas ou em união facto, em algum momento sofreram violência física cometida pelo parceiro.⁷ O estado de emergência pode ter o potencial para aumentar os riscos de violência doméstica. Aumentos significativos na violência baseada no género (VBG) e na carga de cuidados e trabalho doméstico não remunerado, pode aumentar, entre outros efeitos, no contexto do COVID-19. O governo deve considerar estes factores no plano de contingência para assegurar que a igualdade de género e o empoderamento da mulher estejam incluídos na estratégia de resposta e recuperação.

Finalmente, no ano passado, Angola foi atingida por uma seca severa que afectou 2,3 milhões de pessoas nas províncias da Huíla, Bié, Cunene e Namibe. As comunidades locais continuam vulneráveis – por exemplo, acesso limitados aos serviços básicos nas zonas rurais – a uma maior exposição ao choque económico causado pela pandemia. Os esforços para fortalecer a resiliência devem continuar, apesar da emergência de saúde.

3.3 Finanças

Mais da metade (61%) das despesas orçamentadas no OGE 2020 foram alocadas para as operações da dívida pública. Prevê-se um aumento da dívida pública de 89% do PIB em 2018 para 111% do PIB em 2019.⁸ Espera-se que o serviço da dívida passe de US\$6,4 mil milhões em 2018 para US\$14,9 mil milhões em 2019. Desses US\$14,9 mil milhões, US\$7,9 mil milhões diz respeito à dívida externa.⁹ O serviço da dívida subiu para 27,6% das exportações de bens e serviços em 2019, face aos 22,9% registados em 2018.¹⁰ O Banco de Desenvolvimento da China é o maior credor externo, com um crédito de US\$14,9 mil milhões.¹¹

É provável que uma queda acentuada nas receitas petrolíferas dificulte o Governo de prosseguir com a sua estratégia de gestão da dívida, que passa por pagar as dívidas de curto prazo. De facto, o Ministério das Finanças prevê que as receitas petrolíferas totalizem 13,2% do

PIB e 64,8% das receitas fiscais em 2020. De modo geral, o saldo da balança fiscal deverá permanecer positivo em 2019 em 1% do PIB, supondo um preço do barril de petróleo a rondar a média de US\$55 por barril.¹²

No entanto, um preço do barril de petróleo abaixo da média estimada de US\$55 vai restringir as receitas do Estado; a necessidade de o Governo recorrer ao endividamento provavelmente aumentará. O Ministério das Finanças já anunciou que Angola vai emitir US\$3 mil milhões em Eurobonds em 2020.¹³ Contudo, os custos dos empréstimos dispararam: os rendimentos dos Eurobonds de Angola para 2025 aumentaram de 7% no começo de Março do ano corrente para mais de 24% no começo de Abril.

A Moody's rebaixou recentemente o rating emissor de longo prazo do Governo angolano, que é considerado especulativo e sujeito a alto risco de crédito. O Economist Intelligence Unit (EIU) classifica o risco soberano de Angola na categoria CCC.¹⁴

Será necessário que os incentivos fiscais apoiem a procura agregada. Contudo, a capacidade de Angola suavizar o impacto negativo no crescimento económico continuará a ser limitada por um espaço fiscal apertado, uma dívida elevada e uma deterioração dos termos de troca. O financiamento proveniente de doadores e instituições financeiras internacionais pode desempenhar um papel preponderante.

Em 2018, o FMI aprovou um programa de três anos de "Arrangement under the Extended Fund Facility" (EAEFF) para Angola, de aproximadamente US\$3,7 mil milhões para apoiar reformas económicas, dos quais US\$1,48 mil milhões já foram desembolsados.

Neste âmbito, o Presidente do Banco Mundial declarou que os países mais pobres enfrentam pagamentos bilaterais oficiais relacionados com o serviço da dívida de US\$14 mil milhões em 2020.¹⁵ Os Ministros Africanos das Finanças recomendam a renúncia imediata de todos os pagamentos de juros sobre dívida pública e títulos do governo estimados em US\$44 mil

⁷ Fonte: INE, ODS relatório de indicadores de base.

⁸ Fonte: FMI, 2019. Notas: 34.4% do PIB em dívida interna e 76.5% do PIB em dívida externa.

⁹ Fonte: FMI, 2019.

¹⁰ Fonte: BNA, Boletim estatístico, Dezembro 2019.

¹¹ Fonte: Ministério das Finanças. III trim. 2019.

¹² Fonte: ibidem.

¹³ O país já emitiu US\$1.5 mil milhões em Eurobonds em 2015, US\$3.5 mil milhões em 2018 e US\$3 mil milhões em 2019.

¹⁴ Fonte: EIU. Angola: avaliação de risco.

¹⁵ Fonte: Reuters.

milhões em 2020, com possível extensão a médio prazo.

Por outro lado, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) neta para Angola correspondia a 0,2% do Rendimento Nacional Bruto em 2018¹⁶ e provavelmente continuará a ter um papel reduzido no contexto da graduação de Angola de País Menos Avançado (PMA) em Fevereiro de 2021. O Comité de Políticas de Desenvolvimento da ONU confirmou, em Março de 2020, que Angola cumpre apenas com o critério de rendimento para a graduação.

Finalmente, importa ressaltar que, de acordo com um estudo recente do Natural Resource Governance Institute, Angola recebeu a maior quantidade de empréstimos garantidos por recursos (resource-backed loans) na África Subsaariana. Entre 2000 e 2016, os credores chineses depositaram uma quantia superior a US\$24 mil milhões de empréstimos garantidos por petróleo e linhas de crédito para a Angola. Grande parte desta quantia já foi desembolsada.¹⁷

3.4 Sector externo

O sector externo será a maior causa do choque na economia no contexto da pandemia, especialmente através das exportações. O rácio entre as exportações e a importações de bens e serviços no ano 2019 foi de cerca de 152%.¹⁸ As exportações de bens representaram cerca de 40% do PIB de 2019.¹⁹

Em 2019, Angola registou um saldo positivo na balança de transações correntes (4,8%).²⁰ Entretanto, o choque no preço do petróleo vai afectar negativamente a posição externa do país, aumentando a pressão na taxa de câmbio. Uma grande parte das exportações do país será fortemente afectada pela previsão de contração da economia. De facto, as exportações angolanas atingiram US\$40,7 mil milhões em 2018, dos quais US\$39,4 mil milhões são exportações de petróleo e gás (97% das exportações totais) e US\$1,2 mil milhões são exportações de diamante, 2,8% das exportações totais) (Tabela 1).²¹

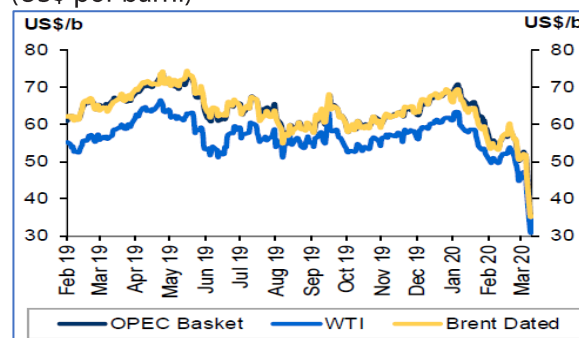
Tabela 1. Exportações angolanas em 2018 (em milhões US\$)

Descrição	Valor	% total
Petróleo e gás	39.408,7	96,7%
Diamantes	1.151,9	2,8%
Pescado	85,3	0,2%
Marinha e aviação	48,1	0,1%
Madeira	31,5	0,08%
Bebidas	21,0	0,05%
Granito	6,9	0,02%
Cimento	3,0	0,01%
Café	1,3	<0,01%
Mármore	0,0	<0,01%
Sal	0,0	<0,01%
<i>Total</i>	<i>40.757,8</i>	<i>100%</i>

Fonte: BNA, Boletim Estatístico, Dezembro 2019

Em meio à deterioração das perspetivas económicas e da queda da procura global de petróleo devido ao COVID-19, os preços do petróleo caíram em Março de 2020 (Fig. 8). Em Angola, as receitas petrolíferas já reduziram no mês de Fevereiro para cerca de 405 mil milhões de kwanzas, devido ao declínio progressivo na produção de petróleo, de uma média de 1,5 milhões de barris por dia em 2018, para 1,35 mil milhões de barris por dia no último trimestre de 2019²² – devido à maturidade dos blocos e a falta de investimento nos últimos anos. Neste contexto, o Governo vai rever para baixo o OGE 2020, que foi projectado com base numa média estimada de US\$55 por barril de petróleo.

Fig. 8. Oscilações do preço do petróleo bruto (US\$ por barril)



Fonte: Fonte: Relatório mensal da OPEP sobre o mercado petrolífero, Março 2020. Baseado em Argus, OPEP e Platts.

A UNCTAD prevê que o COVID-19 possa causar uma contração generalizada do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) na ordem de 30%-40% no período 2020-2021.²³ A entrada de IDE em Angola manteve-se negativa nos últimos três anos. Isto, deve-se principalmente ao desinvestimento no sector petrolífero – devido

¹⁶ Fonte: OECD.

¹⁷ Ver referências.

¹⁸ Fonte: BNA, Boletim estatístico, Dezembro 2019.

¹⁹ Fonte: FMI Country Report n. 19/371, Dez 2019.

²⁰ Fonte: ibidem.

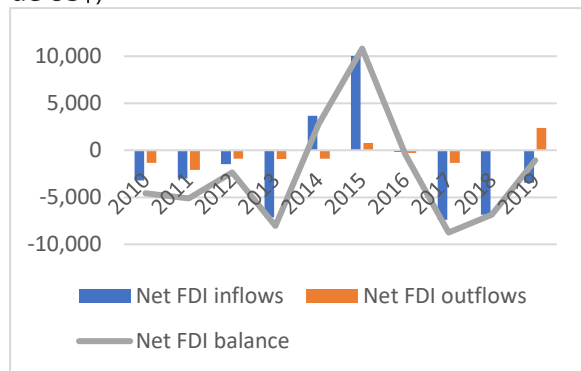
²¹ Fonte: BNA, Boletim Estatístico, Dez 2019.

²² Fonte: Relatório mensal da OPEP sobre o mercado petrolífero, Março 2020. Baseado em fontes secundárias.

²³ Fonte: UNCTAD, Investment Trends Monitor, March 2020.

à ampla repatriação de benefícios das sociedades-mães estrangeiras e pelo declínio na produção de petróleo, que afectou os novos investimentos (Fig. 9). A entrada de IDE no sector não petrolífero aumentou de US\$185 milhões em 2018, para US\$461 milhões em 2019, mas mantém-se limitada se comparado à entrada de IDE no sector petrolífero.

Fig. 9. IDE líquido, entradas e saídas (Em milhões de US\$)



Fonte: Banco Nacional de Angola

O COVID-19 está a ter um impacto no sector de transporte aéreo e no turismo em todo mundo. Tal impacto irá provavelmente afectar o incipiente sector turístico angolano – 218,000 turistas chegaram a Angola em 2018²⁴ – e a companhia aérea nacional (TAAG). A pressão causada pela pandemia pode forçar o Governo a aumentar os empréstimos da TAAG em termos comerciais, bem como acelerar sua privatização. A dívida externa acumulada com a TAAG é de US\$214 milhões.²⁵

A companhia petrolífera nacional Sonangol também pode ser afectada pela crise do petróleo. Como a Sonangol subsidia cerca de 60% do custo dos combustíveis, as despesas associadas a este tipo de subsídio totalizaram US\$1,4 mil milhões em 2019.²⁶ Cerca de US\$5 mil milhões da dívida externa de Angola está relacionada com a Sonangol.²⁷

Finalmente, a Africa Growth Initiative estimou que os fluxos financeiros ilícitos de Angola totalizaram US\$45 mil milhões no período 1980-2018, figurando entre os maiores emissores de fluxos ilícitos do continente.²⁸ No ano passado, o Governo deu início a um conjunto de acções para recuperar os fluxos financeiros ilícitos e estes esforços poderiam ser fortalecidos na

²⁴ Fonte: UN World Tourism Organization.

²⁵ Fonte: Ministério das Finanças. Relatório sobre a execução do OGE de 2019. III trimestre 2019.

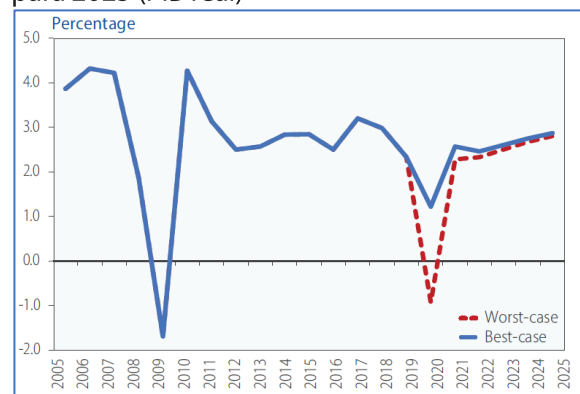
²⁶ Fonte: Sonangol. Março 2020

busca de mais recursos para enfrentar a crise económica.

3.5 Cenário económico

De acordo com o Departamento das Nações Unidas para Assuntos Económicos e Sociais (UN DESA), no pior cenário, a economia mundial pode contrair 0,9% em 2020 (Fig. 10)

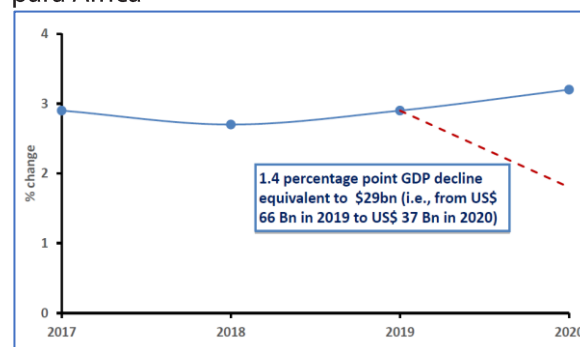
Fig. 10. Perspetivas de crescimento mundial para 2025 (PIB real)



Fonte: UNDESA, Monthly Briefing n. 136, Abril 2020

A Comissão Económica das Nações Unidas para a África (CEA) alertou que a crise do coronavírus pode afectar o crescimento económico da África, registando uma queda no crescimento de 3,2% para cerca de 2% em 2020 (fig. 11), com os países exportadores de petróleo a registarem perdas de até US\$65 mil milhões em receitas. A CEA destacou que o continente africano precisa de um estímulo económico imediato de emergência por um valor de US\$100 mil milhões.

Fig. 11. Projecções de crescimento económico para África



Fonte: UNECA (2020)

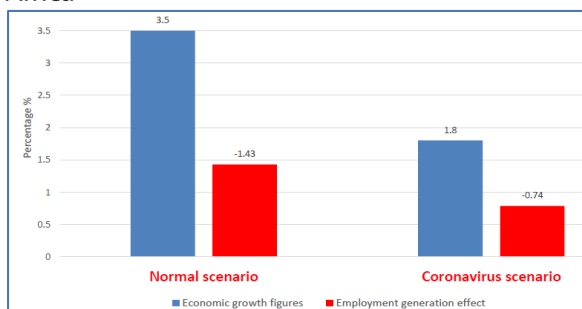
Para o continente africano, a CEA estima que o COVID-19 causará um declínio de 48% no

²⁷ Fonte: Ministério das Finanças. Relatório sobre a execução do OGE de 2019. III trimestre 2019

²⁸ Fonte: <https://www.brookings.edu/research/illegal-financial-flows-in-africa-drivers-destinations-and-policy-options/>.

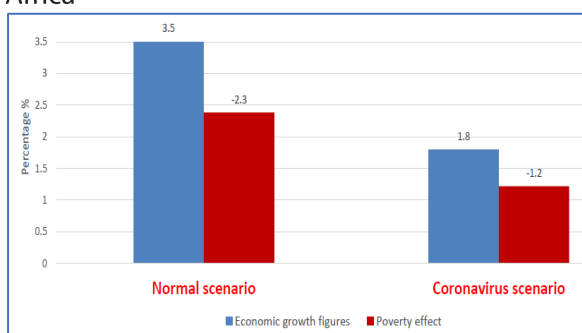
emprego e menos de 48% da população sairá da pobreza (Fig. 12 e 13).

Fig. 12. Efeitos do COVID-19 no emprego em África



Source: UNECA (2020)

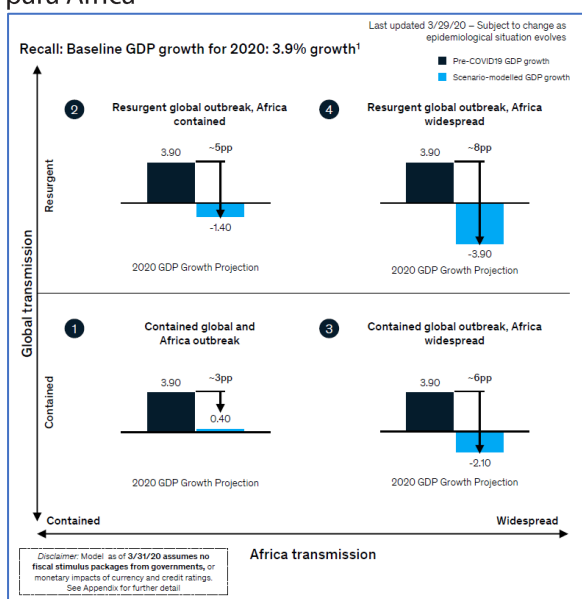
Fig. 13. Efeitos do COVID-19 na pobreza em África



Fonte: UNECA (2020)

McKinsey & Company (2020) projectou que o crescimento do PIB no continente africano pode decair de 3%-8% em 2020, dependendo dos cenários de transmissão global e regional (Fig. 14).

Fig. 14. Cenários de crescimento económico para África



Fonte: McKinsey & Company (2020)

Para Angola, as mais recentes previsões do Ministério das Finanças permanecem negativas: -1,1% em 2019 e -1,2% em 2020.

4. Políticas e recomendações

Angola enfrenta uma perspetiva económica global deteriorada, volatilidades no preço do petróleo, crescimento da vulnerabilidade fiscal e externa, crescimento da pobreza e do desemprego e acesso limitado aos serviços sociais básicos. A resposta e a recuperação face à pandemia do COVID-19 requerem acções imediatas.

Com base na análise do contexto, são apresentadas políticas e recomendações importantes:

1. Agir para impedir a propagação do vírus e suprimir a transmissão do COVID-19. O distanciamento social para evitar e reduzir a propagação comunitária e quarentena para aqueles que estão a entrar no país continuam a ser as melhores medidas para achatar a curva do COVID-19. O aumento dos testes também é essencial para avaliar a pandemia.
2. Identificar e rapidamente implementar iniciativas que visam aliviar os impactos negativos sobre os grupos mais vulneráveis que já estão em risco, tais como desempregados e trabalhadores informais – em especial mulheres – pessoas que vivem em áreas altamente concentradas ou sem acesso a serviços sociais básicos, bem como comunidades afectadas pela seca e inundações.
3. Com cerca de 73% da população empregada na economia informal, as medidas de política precisam claramente atender os meios de subsistência dos trabalhadores informais que serão fortemente atingidos pelo confinamento e pela crise económica. O Plano de Acção para a Reconversão da Economia Informal deve ser revisto para atender à emergência de COVID-19.
4. Como uma em cada duas pessoas em Angola vive abaixo da linha de pobreza multidimensional (IPM global 2019), com mais de 40% dos municípios do país possuindo uma incidência de pobreza multidimensional superior a 90%, as medidas de respostas e

recuperação devem ser intersectoriais e devem priorizar os grupos mais vulneráveis, tanto a nível nacional como local, incluindo as crianças.

5. Revisar o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022 para priorizar os programas de melhoria do sector da saúde e combate à pobreza, incluindo uma revisão dos objectivos do plano e fechar os programas ineficazes.
6. Acelerar a implementação de programas sociais importantes, tais como o Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP) e o Plano de Acção e Promoção da Empregabilidade (PAPE).
7. Reorientar o PIIM para mais actividades de trabalho intensivo, incluindo esquemas de garantia de emprego.
8. Revisar o OGE de 2020 com vista a dar prioridade às despesas relacionadas com a saúde, educação e protecção social para os grupos mais vulneráveis.
9. Garantir a prevenção e resposta à violência baseada no género (GBV).
10. Expandir e melhorar a assistência alimentar de emergência e ajudar os pequenos agricultores a manter funcional a cadeia de abastecimento de alimentos.
11. Promover a coordenação e diálogo efectivo entre actores locais e nacionais, incluindo a implementação do orçamento participativo.
12. Fomentar a produção local de materiais básicos e insumos necessários para enfrentar a emergência de saúde, como é o caso da fabricação de máscaras de protecção.

Para os assentamentos informais e musseques:

13. Com base em esquemas correntes (como associações de moradores, associações comunitárias de água), estabelecimento de responsabilidades ao nível da comunidade e criação de mecanismos e canais com as autoridades municipais e comunais para a resposta ao COVID-19, incluindo nomeação de responsáveis para identificar os mais vulneráveis, promover a solidariedade local, supervisionar as medidas de controlo e garantir a comunicação em duas vias com as comunidades.
14. Trabalho com líderes comunitários e organizações de base para distribuição

e colecta de água, criação e manutenção de casas de banho emergenciais, campanhas de limpeza e recolha de resíduos, melhoria das condições de higiene (e.g. distribuição de sabão, desinfeção, etc.).

15. Organização de sistemas de transferências de valores monetário, com base em programas de renda básica universal emergencial, e distribuição de cestas básicas em tempos de crise e quarentena forçada.
16. Organização de campanhas amplas de vacinação, com especial foco em idosos e grupos vulneráveis em doenças com sintomas similares ao COVID-19 para reduzir o número de casos suspeitos na comunidade e melhorar a imunidade local.
17. Distribuição de megafones e rádios para melhoria de comunicação comunitária e para garantir a consciencialização local em momentos de quarentena, incluindo disseminação de medidas de prevenção, emergência e solidariedade.
18. Coordenação de grupos de colecta de resíduos e provisão de equipamento de protecção pessoal, além de distribuição de guião de recomendações para o apoio seguro dos serviços municipais de recolha de resíduos.
19. Cessação de qualquer forma de desocupação forçada durante a pandemia e estabelecimento de extensões compulsórias de contractos de aluguer de três meses para imóveis residenciais expirados durante à crise.
20. Garantias para que mulheres, crianças e jovens que necessitam deixar suas casas devido à violência doméstica não terminem em situação de rua e possuam alternativas de acomodação adequadas que garantam segurança e acesso à água e saneamento, comida, apoio social, serviços médicos e testagem para o COVID-19.

Para destituídos urbanos e pessoas em situação de rua:

21. Prover imediatamente acomodação para todos os moradores de rua e pessoas vivendo em condições de abandono social, com a perspectiva de

transição dos mesmos para condições permanentes de moradia, para impedir de retornar à situação de rua após o fim da pandemia: Isso poderá incluir a contratação de quartos de hotéis e pensões, ou a reconversão temporária de construções como quartéis militares e edifícios públicos fechados

22. Garantir que postos de distribuição de refeição e outros apoios às pessoas em situação de rua estejam incluídos na lista de serviços essenciais e continuem operando e possam expandir seus serviços durante a quarentena. Autoridades locais devem garantir que os provedores de serviço possam ter acesso à informação actualizada sobre condições de saúde, álcool em gel para higienização das mãos, máscaras e outros equipamentos pessoais de protecção para que consigam continuar provendo seus serviços.
23. Para prevenir a contaminação do COVID-19 em espaços de serviços às pessoas em condição de rua, as recomendações de higienização e de distanciamento social da OMS deverão ser aplicadas na medida do possível com provisão mais descentralizada dos serviços, incluindo por meio de distribuição em sítio e “home delivery”

References

- Anderson et al., 2020. How will country-based mitigation measures influence the course of the COVID-19 epidemic? *The Lancet*, 395 (10228), 9 March 2020, pp. 931-934.
- Ferguson et al., 2020. Impact of non-pharmaceutical interventions (NPIs) to reduce COVID-19 mortality and healthcare demand. Imperial College. 26 March 2020
- International Labour Organization (ILO), 2020. COVID-19 and the world of work: impact and policy responses.
- International Monetary Fund (IMF), 2019. IMF, 2019. Second Review Under Angola's Extended Arrangement under the Extended Fund Facility (EFF). Country Report December 2019.
- McKinsey & Company, 2020. Tackling COVID-19 in Africa. An unfolding health and economic crisis that demands bold action. April 2020.
- National Institute of Statistics of Angola (INE), 2020. Folha de Informação Rápida, Inquérito ao Emprego em Angola. IV Trimestre 2019.

- , 2019a. Pobreza Multidimensional nos Municípios de Angola. December 2019.
- , 2019b. IDREA 2018-2019. December 2019.
- Natural Resource Governance Institute, 2020. Resource-backed loans: pitfalls and potential. February 2020.
- United Nations, 2020. Shared responsibility, global solidarity: responding to the socio-economic impacts of COVID-19. March 2020.